

A educação inclusiva e o atual contexto de pandemia

Inclusive education and the current pandemic context

SANTOS, Monica Lima¹

SANTOS, Sinara Oliveira dos²

MOTA, Teomaria Santos da Silva³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo geral analisar a educação inclusiva e o atual contexto de pandemia e específicos entender o que é educação inclusiva, identificar quais impactos o contexto de pandemia trouxe para a educação inclusiva. A questão que norteou este trabalho foi, qual a situação da educação inclusiva no contexto atual de pandemia? Neste sentido, realizou-se uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e apoio de suportes teórico importantes que apresenta o conceito de educação inclusiva, direito à educação igualitária em tempos de pandemia, bem como os desafios, possibilidades, perspectivas no Brasil e mídias na educação: práticas formativas, trabalho docente, educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil. As considerações apontam que a pandemia acarretou mudanças urgentes e significativas através do uso das tecnologias digitais, na condução da educação inclusiva e faz-se necessário políticas públicas educacionais que contemplem os diferentes contextos, com ou sem crise, de forma que venham minimizar o aumento dos excluídos devido ao contexto atual de pandemia, haja vista a educação ser um direito de todos sem acepção.

Palavras-chave: Aulas Remotas; Tecnologias Digitais; Minimizar impactos; Situação pandêmica.

1 Graduada em Educação Infantil e Anos Iniciais (Fundamental – I) pela Faculdade Social da Bahia – FSBA (2007). Especialização em Gestão Educacional Integrada: Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção pelo Centro de Estudos em Pós Graduação - CESAP (2016). Especialização em Educação Especial e Inclusiva, pela Faculdade da Região Serrana- FARESE (2021). Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS (em curso). E-mail: moniquita.l@bol.com.br

2 Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2013). Especialização em Docência do Ensino Superior pela UNIFACS Universidade de Salvador (2015). Especialização em Educação Pobreza e Desigualdades Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2017). Especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade da Região Serrana- FARESE (2021). Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS (em curso). E-mail: sinara.mu@hotmail.com

3 Graduada em Licenciatura em Pedagogia Habilitação em séries Iniciais do Ensino Fundamental pela universidade Estadual da Bahia - UNEB (2008) Especialização em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal da Bahia- UFBA ((2017). Especialização em Estudos Interdisciplinar Sobre Educação Básica pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (2013). Mestranda em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais – FICS (em curso). E-mail: teo.rjn@gmail.com

Abstract: This article has for general aim to analyze inclusive education and the current context of pandemic and for specific aims, to understand what inclusive education is and also, to identify what impacts the pandemic context brought to inclusive education. The question that guided this work was, what is the situation of inclusive education in the current context of the pandemic? In this sense, a literature review was carried out, with a qualitative approach and aid from important theoretical supports that presents the concept of inclusive education, the right to egalitarian education in times of pandemic, as well as the challenges, possibilities, perspectives in Brazil and media in education: training practices, teaching work, education and technologies in times of pandemic in Brazil. The considerations point out that the pandemic brought about urgent and significant changes through the use of digital technologies, in the conduct of inclusive education, and public educational policies that address the different contexts, with or without crisis, in order to minimize the increase of excluded to the current context of the pandemic, since education is a right of all without partiality.

Palabras clave: Remote Classes; Digital Technologies; Minimize impacts; Pandemic situation.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo “A educação inclusiva e o atual contexto de pandemia” foi concebido na disciplina Ambiente, Educação Inclusiva e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestrado em Ciências da Educação, apresentado à Facultad Interamericana de Ciências Sociales - FICS. Apresenta-se como questão norteadora, qual a situação da educação inclusiva no contexto atual de pandemia?

Esta inquietação surgiu a partir da vivência a atual realidade, pois é sabido por todos, que o momento atual é de pandemia, devido ao surgimento de surtos da COVID-19 em vários países, cenário este, que foi necessário a adoção de políticas públicas emergenciais, como também protocolos para conter a disseminação da doença.

Dentre várias medidas adotadas para o distanciamento social estão o fechamento das escolas e a suspensão das aulas presenciais da rede pública e privada, desde o ensino básico ao superior. Segundo a UNESCO (2021) “esse fechamento afeta diretamente 70% da população estudantil no mundo”. E, obrigou-se a educação a pensar em um novo modelo de ensino, pautada nas tecnologias digitais através de várias metodologias on-line, denominado ensino remoto, que gerou um turbilhão de emoções, novas adaptações e infelizmente um aumento significativo de alunos excluídos, devido à falta de acessibilidade.

Este tema foi decidido pela credibilidade que é dada educação inclusiva de qualidade a todos aqueles que por algum motivo ficou desprovido de direitos, que foram desrespeitados, estigmatizados, excluído do convívio em sociedade, acesso de bens e serviços sócios históricos. Deve ser oferecida nos diversos níveis de ensino e com adequações de acordo a realidade de cada aluno e é um direito de todos.

Desta forma, despertou-se o interesse de através de revisão de literaturas, analisar qual é a atual situação da educação inclusiva no atual contexto de pandemia, visto ser uma oportunidade de se discutir e reafirmar novas políticas públicas de inclusão que venham minimizar os fatores que potencializam a exclusão nesse atual contexto.

Diante do exposto, nasce este trabalho com o objetivo geral de analisar a educação inclusiva no atual contexto de pandemia. E como objetivos específicos: entender o que é educação inclusiva, identificar quais impactos o contexto de pandemia trouxe para a educação inclusiva e entender o que os órgãos competentes têm feito para minimizar os impactos de exclusão causados pelo contexto de pandemia e uso das tecnologias digitais.

Para concretização dos objetivos supracitados, foi utilizada como metodologia a revisão de literatura com abordagem qualitativa pautado em suportes teóricos que abordam sobre a educação inclusiva sem discriminação, o contexto de pandemia, bem como um embasamento nos documentos oficiais, leis brasileiras sobre o que as autoridades têm feito para minimizar os efeitos negativos na educação inclusiva nesse período de pandemia.

2 REFLETINDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL DE PANDEMIA

A educação inclusiva apresenta-se como forma de democratização do ensino de qualidade a todos aqueles que por algum motivo ficou desprovido de direitos, que foram desrespeitados, estigmatizados, excluído do convívio em sociedade, acesso de bens e serviços sócios históricos. Ou seja, é uma educação para todos, pois:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os

alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI (1998), apud ARAÚJO; ESTEVAM; SANTOS,2021, p.8).

Deve ser oferecida nos diversos níveis de ensino e com adequações de acordo a realidade de cada aluno e é um direito de todos. A declaração de Incheon, 2015, através da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) colocou como objetivo das nações “assegurar a educação de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e suas metas correspondentes.

Vale salientar a lei maior que rege nosso país, a Constituição Federal de art. 205 assegura esse direito quando enfatiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.124)

Refere-se a possibilidade de permitir que as diversas especialidades fiquem juntas, onde cada um com suas diferenças contribuam para um aprendizado coletivo, com respeito às individualidades, sejam elas de acesso, permanência e necessidades de aprendizagens apresentadas pela pessoa com deficiência incluso e, ou pela família que os assiste. Pois o artigo 206 e 208 da Constituição Federal reforça a equidade no ingresso e continuação na escola

A educação inclusiva é a forma real de estar junto interagindo com o outro e ela é para todas as condições específicas de ser e estar no mundo. Para que seja cumprida, leis são implantadas e currículos são adaptados a fim de que todos obtenham conhecimentos de forma igualitária e com equidade.

O estatuto da pessoa com deficiência, no Art. 2º, aborda quais são as pessoas com deficiência.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, [s.p.]).

Partindo desses pressupostos, a educação inclusiva permite que as pessoas com deficiências sejam eles físicos, intelectuais, sociais, emocionais, sensoriais, raciais que ficaram desprovidos de direitos ou sofrem preconceitos tenham vida plena na sociedade, sem humilhação e segregação.

Efetivar o direito à educação de qualidade para todos é ainda um objetivo a ser alcançado em nosso país, apesar dos avanços nas últimas décadas, com a universalização das matrículas na educação básica, o desafio ainda maior é garantir condições adequadas nos espaços escolares e processos pedagógicos.

Na contramão, a educação inclusiva sofre ataques com frequência, devido à falta de compreensão da sociedade acerca de sua importância no contexto educacional para cada indivíduo que vive a exclusão, o preconceito e o estigma.

Um exemplo mais recente foi o decreto 10.502 de 30 de Setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, com a tentativa de segregação e discriminação entre os alunos, haja visto o projeto incentivar a criação de escolas e classes especializadas, o que seria um retrocesso gigantesco, mas graças as lutas de várias classes essa tentativa foi suspensa.

Atualmente a sociedade passa por um momento de grandes mudanças e readaptações, devido a uma pandemia que se alastrou no mundo inteiro, e a educação portanto necessitou também passar por estas mudanças e adaptação a esta realidade atual da humanidade.

A partir do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, incluindo a suspensão das aulas presenciais na rede pública e privada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a fim de evitar a disseminação da pandemia do COVID-19, através do isolamento social.

Assim, em março de 2020 começa os processos para a prática de um novo modelo de ensino, denominado “Ensino remoto”, modalidade essa, marcada por

inseguranças tanto para a escola quanto para a família, que trouxe muitos desequilíbrios, angústias, frustrações e aprendizagens, pois:

Assim, inicia-se em meados de março de 2020 um cotidiano escolar à distância, no qual a comunidade educativa começa a vivenciar um cenário desconhecido com novas incumbências, responsabilidade, exigências e imposições legais contraditórias. Algumas escolas, como por exemplo as estaduais, inicialmente anteciparam as férias e recessos, outras como no caso de algumas escolas municipais ou profissionalizantes adotaram o trabalho home office aos funcionários convidados a participarem das atividades de formação e replanejamento, e posteriormente a continuar com as atividades educacionais não presenciais, ou seja, de forma remota, a distância (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021, p.153).

A implantação da educação remota deu-se início, no entanto, sem medidas prévias, provocando aumento na exclusão de alunos, devido à falta de democratização de acesso às ferramentas digitais. Havendo impactos e desequilíbrios para alunos, professores e corpo geral das escolas, por falta de acessibilidade e formação digital para os mesmos.

O ensino não presencial mexe com todos os estudantes, mas o estudante com deficiência por vezes não compreende o que está acontecendo, simplesmente foi retirada da sua rotina de escola, de atendimentos clínicos e pedagógicos e passou a ficar somente em casa.

O afeto, o vínculo com os alunos e a família, foi o elo para continuar as atividades através desta forma remota. O uso de celulares foi a ferramenta mais acessível aos alunos e por isso a mais utilizada, mas cada local ou escola necessitou adaptar aquilo que estava mais acessível. Assim, outros aparatos tecnológicos também foram usados, como o rádio, a TV, carro de som e etc.

A adequação do currículo escolar tornou-se necessário, de forma que foi preciso selecionar as prioridades de aprendizagens e adaptação na periodicidade das aulas, bem como pensar nas condições emocionais, sociais e econômicas dos estudantes e seus familiares a fim de assegurar a permanência da participação dos alunos.

Para além das dificuldades de garantia de acesso digital a pandemia trouxe também muitas dificuldades financeiras escancarando a realidade socioeconômica de muitos brasileiros, muitos familiares perderam empregos e assim muitos alunos

ficaram sem participar das aulas remotas por falta de condições para manter internet em seus lares.

Mesmo diante deste cenário, resultados históricos em parte de políticas institucionais que não colocaram a educação como prioridade do Estado, as aulas remotas deram continuidade ao processo de ensino-aprendizado através dos meios digitais, como estratégia evitando assim o contágio e propagação do COVID-19 dando continuidade aos processos educacionais.

Contudo a influência das tecnologias utilizadas neste período tem desencadeado um processo de interação e avanços na educação, com várias maneiras de aprender e trocas de conhecimentos, preparando o indivíduo para o domínio de novos saberes, e:

Apesar do cenário caótico que vivemos, seja pelos rastros da pandemia como pelo jogo de interesses na política brasileira, o momento tem sido de novas descobertas e possibilidades no campo educacional, uma vez que o uso das tecnologias, principalmente, das TICs têm ocupado um lugar primordial na transmissão e aquisição de conhecimentos, assumindo o lugar do espaço físico, a sala de aula, ainda que tal condição seja temporária, permitindo a interação, troca de informações, construção de diálogos e o fortalecimento da educação (SOARES e COLARES, 2020, p.28).

É importante ressaltar que as tecnologias da informação e comunicação impactou no processo de ensino remoto, pois através das mesmas houve a possibilidade de troca de saberes entre professor/aluno e seus respectivos familiares, dando assim continuidade ao processo de ensino aprendizagem. Assim sendo, depois dessa experiência vivenciada em tempos de pandemia, não haverá retrocesso na sua utilização quando retornar às aulas presenciais.

Os desafios são muitos, porém a pandemia não pode ser pretexto para excluir estudantes com deficiência desta nova realidade da escola comum no Brasil assim como no ensino presencial manter virtualmente a qualidade da educação se faz necessário com monitoramento e avaliação constante das estratégias como explicitado:

Sendo assim, a situação atual convida ainda as Instituições de ensino a refletir em busca de soluções que garantam adaptações e o pleno acesso ao currículo em condições de igualdade através de

uma educação igualitária de todos, inclusive das pessoas com deficiência, por exemplo, através de recursos didáticos e tecnológicos que valorizem a visualidade, uso da linguagem de sinais ou legendas e dispositivos de mídia com material didático em vídeo apresentando a tradução em Libras para pessoas com perda parcial ou total da audição; leitores de tela, sintetizadores de voz, letra ampliada, dispositivo de mídia que reúna material didático em áudio e material didático transcrito em braille para pessoas com perda total ou parcial da visão; utilização de softwares para acessibilidade e websites com tecnologia específica que possibilitem a superação das dificuldades de aprendizagem como ponteiras de cabeça, teclados alternativos, acionadores, entre outros(SILVA e SOUSA, 2020, p.973).

A grande luta para a educação inclusiva no contexto de pandemia, reflete em transformações que vão desde a compreensão da inclusão, seja ela digital, racial ou estrutural, como também a adaptação de suportes que venham minimizar os danos causados pela falta de infraestrutura tecnológica adequada para o ensino à distância, principalmente em áreas rurais onde o acesso à internet é dificultado e limitado, que traz grandes chances de aumento na evasão escolar por parte dessa população, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social. Vale destacar que:

De acordo com as Nações Unidas (2020), o fechamento das escolas, apesar de proteger crianças e jovens do vírus, implica na interrupção do processo de aprendizagem para aqueles em situação de alta vulnerabilidade e eleva o risco de aumentar as taxas de abandono escolar podendo gerar uma queda expressiva no nível de capital humano no futuro, além de prejudicar a rede de proteção social devido a interrupção da merenda escolar e ao acúmulo de trabalho e cuidados pelas mulheres(SILVA e SOUSA, 2020, p.967).

A implementação de políticas públicas emergenciais, que favoreçam o acesso destes alunos, às diversas formas de tecnologias da atualidade, ficaram a desejar. Pouquíssimas instituições que já tinham projetos com as tecnologias se mobilizaram para a disponibilização de aparatos tecnológicos como tablets e pacote de dados para que os alunos não ficassem sem dar continuidades aos estudos.

Porém vale ressaltar as estratégias adotadas pela Escola juntamente com comunidade tem se destacado no cenário nacional em algumas regiões do país com a diversificação de materiais impressos para as famílias destes alunos, com abordagens metodológicas diferenciadas, como cadernos de atividades, jogos

educativos, livros didáticos abrindo mão dos recursos possíveis ao alcance destes estudantes na interlocução com os familiares.

Faz-se necessário destacar também a formação com mídias digitais, de forma estanque e imediata precisou acontecer, seja ela oferecida pelas secretarias ou por livre interesse dos profissionais da educação a fim de facilitar os processos educacionais em tempos de aulas remotas,

Frentes aos entraves, a pandemia é um alerta para a criação, ampliação e consolidação das políticas de inclusão digital no cotidiano escolar; a valorização do aprendizado através de mídias; a aplicação de softwares educativos; o auxílio na aquisição de notebooks, computadores; a disponibilização de pen-drives; o auxílio para contratação de pacote de dados, serviços de internet; a implementação de serviços de teleconferência; a criação de telecentros e de Centros Vocacionais Tecnológicos; a oferta de oficinas, treinamentos e cursos de qualificação e aperfeiçoamento para otimização do uso dos recursos tecnológicos etc (Ibid., p.969).

Diante disso, torna-se necessário um esforço para garantir que todos tenham acesso à infraestrutura, que inclui muitas vezes computador, internet e outras ferramentas, em parceria com o professor da classe e o professor de atendimento educacional especializado, buscando considerar as especificidades e potencialidades de cada estudante. Questões que exigem análises e concepções sobre como a escola junto com suas secretarias e órgãos competentes desenvolvem o seu papel no contexto na garantia deste direito de acesso à educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, apesar de seus desafios, já é uma realidade há muitos anos no Brasil, ao longo da sua história, já se mostrou um caminho essencial na educação para todos, onde a diversidade e oferta de aprendizagem para garantir não somente o ensino formal, mas sim uma mudança de vida nos processos formativos destes cidadãos. Neste contexto faz-se necessário destacar que a pandemia não deve ser justificativa ao não cumprimento deste direito.

Com a realização desta pesquisa, ficou perceptível que a educação inclusiva em tempos de pandemia perpassa por diversa mudança significativa, que é o uso

das novas tecnologias, para dar continuidade ao processo de ensino aprendizagem através da educação remota e on-line que, com certeza, será mais ampliada na volta ao presencial, pois trouxe grandes benefícios para o aprendizado dos alunos, com propostas dinamizadoras e significativas de conhecimento e, para, além disso, como processo de comunicação e construção de novos saberes.

Observou-se também a superação a novos desafios por parte dos profissionais da educação, despertando-os para uma formação continuada em busca de qualificar-se diante destas tecnologias e diversidades de ferramentas disponíveis para inovar os processos educacionais. Mostrando que o professor é aquele que busca se aperfeiçoar, se reinventar, se redescobrir, se organizar na inconstância do processo didático, e como elo de promoção ao conhecimento contribui na formação digital dos estudantes.

Entretanto faz se necessário que os governantes invistam em políticas públicas que impulsionem a formação digital de professores e alunos que serão de fato os usuários dessas ferramentas e compor as formas como serão utilizadas para fins educativos de forma a garantir a inclusão democratizada e eficaz.

É fundamental destacar a participação essencial da família, nesse contexto de isolamento social, a educação inclusiva adquiriu outras nuances no planejamento das ações didáticas. E a parceria com a família é um fator principal, a considerar as condições objetivas dos alunos atendidos pois é quem conhece, compreende as dificuldades, necessidades e avanços. Cabe à escola para além da parceria ouvir, amparar e motivar estas famílias mantendo o vínculo do aluno com a rotina escolar neste momento de isolamento social obrigatório.

Pode-se afirmar que para esses impactos causados pela pandemia na educação inclusiva sejam minimizados, é necessário que as instituições escolares desenvolvam projetos e ações significativas e que busquem cobrar frequentemente aos órgãos competentes como as secretarias, os governantes e financiadores da educação no geral, a implementação de políticas públicas

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. R. D; ESTEVAM, A. S.B; SANTOS, B. A. O. Os desafios da educação inclusiva na sociedade contemporânea. In: III **Congresso de Educação** – CONEDU,

2016, Natal – RN. Anais [...]. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA14_ID361_11082016143146.pdf. Acesso em: 27 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: MEC, 1988.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.282-2020?OpenDocument. Acesso em 30 de mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

Declaração de Incheon: Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e A educação ao longo da vida para todos. Fórum Mundial sobre la Educación, 2015. Disponível

em:http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Lima/pdf/INCHE_2.pdf. Acesso 26 mar. 2021.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C. C.; CARNEIRO, R. U. C. **Educação inclusiva no contexto da pandemia**. Educação em Revista, Marília, v.22, n. 01, p. 151-166, 2021.

SILVA, D. S. V; SOUSA, F. C. **Direito à educação igualitária e(m) tempos de pandemia:** Desafios, possibilidades e perspectivas no Brasil. [s.l.]:RJLB, 2020.

SOARES, L. V; COLARES, M. L. S. **Educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil**. In: Debates em Educação. Alagoas: [s.l.], 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/wtech/Downloads/10157-38692-2-PB.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

Educação: da interrupção à recuperação, 2021. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em 30 de mar. 2021.